

Costurando fronteiras: resistências e deslocamentos de mulheres nos territórios fronteiriços de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul

Suéllen Soares Altrão, Hariagi Borba
Nunes e Claudia Mayorga

Suéllen Soares Altrão

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte,
MG, Brasil

E-mail: suellenaltrao@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2242-5870>

Hariagi Borba Nunes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto
Alegre, RS, Brasil

E-mail: hariagibn@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7454-0630>

Claudia Mayorga

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte,
MG, Brasil

E-mail: mayorga.claudia@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1728-0726>

Resumo: Neste artigo, analisamos as dinâmicas fronteiriças e imigratórias de mulheres que se deslocam nas fronteiras do Brasil com Paraguai e Uruguai, nos territórios de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. A partir de uma perspectiva decolonial e interseccional, investigamos como esses deslocamentos são atravessados por relações de gênero, raça, classe e territorialidade. Por meio de nossos diálogos com as mulheres imigrantes e fronteiriças e pautadas em referenciais decolonizadores, propomos tensionar as perspectivas hegemônicas e evidenciar as formas plurais de subjetivação, resistências e pertencimento nesses territórios.

Palavras-chave: Fronteira; deslocamento; imigração; feminismos decoloniais.

Sewing borders: women's resistance and displacement in the border territories of Mato Grosso do Sul and Rio Grande do Sul

Abstract: In this article, we analyze the border and migratory dynamics of women who move across the borders of Brazil with Paraguay and Uruguay, in the territories of Mato Grosso do Sul and Rio Grande do Sul. From a decolonial and intersectional perspective, we investigate how these displacements are traversed by relations of gender, race, class, and territoriality. Through our dialogues with immigrant and borderland women, and grounded in decolonizing frameworks, we propose to challenge hegemonic perspectives and highlight the plural forms of subjectivation, resistance, and belonging in these territories.

Keywords: Border; displacement; immigration; decolonial feminisms.

Cosiendo fronteras: resistencias y desplazamientos de mujeres en los territorios fronterizos de Mato Grosso do Sul y Río Grande do Sul

Resumen: En este artículo analizamos la dinámica fronteriza y migratoria de las mujeres que se desplazan en las fronteras de Brasil con Paraguay y Uruguay, en los territorios de Mato Grosso do Sul y Rio Grande do Sul. Desde una perspectiva descolonial e interseccional, investigamos cómo estos desplazamientos están atravesados por relaciones de género, raza, clase y territorialidad. A través de nuestros diálogos con mujeres inmigrantes y fronterizas, y a partir de referentes descolonizadores, proponemos tensionar las perspectivas hegemónicas y resaltar las formas plurales de subjetivación, resistencia y pertenencia en estos territorios.

Palabras clave: Frontera; desplazamiento; inmigración; feminismos descoloniales.

Introdução

Neste artigo, abordamos os feminismos decoloniais e a imigração de mulheres latino-americanas, com foco, especificamente, em duas regiões fronteiriças do Brasil: as fronteiras sul-mato-grossenses e sul-rio-grandenses. Essa escrita, assim, resulta de nossas trocas e diálogos como pesquisadoras, cujas raízes se entrelaçam com terras fronteiriças e cujos corpos e histórias carregam as marcas dos deslocamentos e territórios que estudamos. O texto é fruto da tese de doutorado intitulada “Contrabandeio de subjetividades fronteiriças: práticas de resistência nas trajetórias de mulheres racializadas na cidade binacional de Aceguá (Uruguai-Brasil) nos séculos XX e XXI” (Nunes, 2024) e do projeto de tese “Ni aquí, ni allá: as experiências, memórias e resistências de mulheres imigrantes e fronteiriças da região de Mato Grosso do Sul nas trilhas dos feminismos decolonizadores”. Partindo desse entrelaçamento de percursos, partimos de reflexões que buscam romper os muros epistemológicos da colonialidade, reivindicando a palavra não apenas como ferramenta acadêmica, mas como ato político de resistência.

A nossa perspectiva sobre os deslocamentos de mulheres não parte de um lugar de neutralidade, mas sim de um espaço de experiência, de trânsito, de negociação entre línguas, culturas e territórios. Dessa forma, ao atravessarmos fronteiras, desafiamos não somente as estruturas que nos tentam fixar em lugares pré-determinados, mas também as perspectivas hegemônicas que desconsideram os saberes construídos na experiência.

É justamente a partir desse olhar situado que, nesta escrita, buscamos compreender as experiências de mulheres imigrantes e fronteiriças, considerando como as fronteiras, enquanto construções geopolíticas e simbólicas, reproduzem a colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005), afetando diretamente as populações em deslocamento. A análise, a partir da decolonialidade, permite uma abordagem crítica às narrativas dominantes, centrando-se nas experiências vividas pelas mulheres. As motivações que as conduziram à migração, variadas e complexas – desde aspectos laborais até questões culturais, afetivas e sexuais –, não podem ser compreendidas como escolhas puramente individuais, mas sim como respostas a sistemas de dominação e exploração que se perpetuam desde a colonialidade.

Sendo assim, justifica-se este estudo pela necessidade de uma análise crítica das fronteiras e da imigração de mulheres desde uma perspectiva decolonial, que considere não apenas os aspectos econômicos e políticos, mas também as dinâmicas de gênero, identidade e territorialidade nesses espaços. O objetivo é evidenciar as formas específicas de opressão e resistência nesses contextos, contribuindo para um debate mais amplo sobre feminismos latino-americanos e a desconstrução das estruturas coloniais nos territórios sul fronteiriços. Para tanto, será apresentada uma contextualização sobre os feminismos decoloniais e a configuração das fronteiras do Brasil com Paraguai e Uruguai, com ênfase na historicidade dessas relações e suas implicações para as populações que ali vivem.

O artigo está estruturado em três partes principais. A primeira se dedica a uma análise da relação entre feminismos decoloniais, a imigração e as vivências de mulheres nas fronteiras. A segunda parte investiga as especificidades de mulheres na fronteira de Mato Grosso do Sul, considerando as interações entre Brasil e Paraguai, bem como na fronteira do Rio Grande do Sul, envolvendo as dinâmicas entre

Brasil e Uruguai. Por fim, a conclusão articula reflexões sobre as duas regiões, abordando tensões, desafios e as intersecções entre gênero, território e colonialidade.

Mulheres em movimento: imigração, feminismos decoloniais e fronteiras

As mulheres migram há séculos (Leite, 2000), muitas vezes atravessando processos acompanhados de dor – seja por conta de desastres naturais, violências ou à necessidade de buscar renda para a subsistência familiar. No entanto, não raras vezes, a migração também se dá por liberdade e autonomia, impulsionada por sonhos e desejos, em que se entrelaçam o desejo de partir e o de retornar (Mayorga, 2007). Além disso, as suas trajetórias são permeadas pela sobreposição entre o trabalho produtivo, desempenhado no contexto externo de suas casas, com o trabalho reprodutivo, no cuidado de pessoas próximas (Camacho, 2010).

Embora análises sobre a imigração de mulheres já tivessem sido realizadas (Mayorga, 2007; Marinucci, 2007), sobressaiu, na maior parte das narrativas migratórias, a densa teia de relações sociais, focalizadas no homem como personagem central. Isso tem relação com a trajetória de invisibilidade que carregamos enquanto mulheres no cânone científico, que produziram e continuam reproduzindo o enfoque no “homem” e no discurso “eurocêntrico”. Conforme destaca Peixoto (2005), na década de 1970, as teorias migratórias, tanto estruturalistas quanto neoclássicas, fizeram passar despercebidas as peculiaridades da figura feminina nos processos de mobilidade. Como resultado, as mulheres passaram a ser retratadas como passivas frente ao desejo de migrar, sem reconhecimento de sua própria agência na tomada de decisões migratórias.

Segundo Gloria Camacho (2010), na metade do século XX, novos estudos sobre os processos migratórios foram realizados com diversos enfoques, como os fatores demográficos, econômicos, sociais, étnicos e culturais. Porém, o debate sobre a dimensão de gênero permanecia praticamente inexistente. Essa reflexão foi também feita por Mayorga (2007), que, em sua análise sobre as identidades de mulheres brasileiras imigrantes na Espanha, identificou questões relacionadas ao gênero e ao território como principais motivações para os deslocamentos.

Ao longo da história, as mulheres que migram receberam pouca visibilidade. Como observa Camacho (2010, p. 34), “en los distintos modelos para explicar los movimientos migratorios, las mujeres han sido ignoradas o vistas unicamente como acompañantes pasivas de sus homólogos masculinos”¹. Portanto, podemos sustentar que grande parte das mulheres teve sua mobilidade invisibilizada e deslegitimada enquanto migração econômica ou laboral.

Apesar dessa invisibilidade inicial, a ampliação dos estudos, os movimentos feministas e os debates sobre a “feminização da migração” (Mayorga, 2007; Marinucci, 2007) permitiram que a migração feminina fosse incorporada às pesquisas acadêmicas (Boyd; Grieco, 2003). Dessa forma, as mulheres passaram a ser protagonistas de seus próprios desejos de migrar, e não apenas acompanhantes de

¹ “Nos diferentes modelos para explicar os movimentos migratórios, as mulheres foram ignoradas ou vistas unicamente como acompanhantes passivas de seus homólogos masculinos” (Camacho, 2010, p. 34, tradução nossa).

familiares. Na década de 1980, os estudos sobre a perspectiva de gênero ganharam força, com destaque para a socióloga Mirjana Morokvasic (1984), que evidenciou o aumento quantitativo de mulheres nos processos de mobilidade desde 1960, consolidando sua referência no campo dos estudos sobre migração.

Definido como “feminização das migrações”, esta temática passou a apontar os percursos migratórios onde a configuração de mulheres era maioria, colocando em evidência as diferenças nas migrações entre os gêneros. Mirjana Morokvasic (1984) em sua obra “Birds of Passage are also Women”², já denunciava as inseguranças laborais pelas quais as mulheres em processo de mobilidade foram e estão particularmente submetidas. Embora os estudos de gênero tenham ampliado a compreensão sobre os fluxos migratórios de mulheres, ainda carecem de uma reflexão comprometida sobre as influências interseccionais que atravessam, de várias formas, a categoria “mulher”. Não há como se pensar o gênero por meio de identidades fixas, binárias e dualistas. Por isso, destacamos a importância de desconstruir essa categoria, resignificando-a com base em sua heterogeneidade: múltipla, diversa e porosa.

Partilhamos da visão de Claudia Mayorga (2007, p. 135) quando ressalta que,

Así, comprender cómo las mujeres sometidas a distintos sistemas de normatividad – patriarcado, capitalismo, colonialismo, racismo – construyen diferentes estrategias de enfrentamiento a esos sistemas nos lleva a pensar que los procesos de subjetivación también serán distintos, y que la categoría mujer seguramente no es suficiente para comprender la realidad de las mujeres. [...] Es necesario también recusar los modelos singulares, modelos basados en un único tipo de cuerpo donde a partir de él todos los otros serán juzgados³.

Essa crítica quanto à homogeneização da experiência das mulheres é relevante para pensar os deslocamentos, pois as dinâmicas migratórias não afetam a todas da mesma forma. A interseccionalidade de gênero, raça, classe e territorialidade impõe desafios específicos, exigindo abordagens que extrapolam as narrativas universalizantes. Nesse sentido, os feminismos decoloniais oferecem um aporte teórico fundamental para compreender os deslocamentos de mulheres em contextos fronteiriços. Estudos sobre a feminização da imigração (Mayorga, 2007; Marinucci, 2007), os feminismos decolonizadores (Anzaldúa, 1987; 2000; 2005; 2021; Espinosa Miñoso, 2016; Kilomba, 2019; Lugones, 2008; 2014; Oyěwùmí, 2004; 2020) e fronteiriços (Meloni, 2021; Nunes, 2024) expõem como os processos de subjetivação são múltiplos e diversos. No que concerne ao processo de deslocamento das mulheres imigrantes e fronteiriças, é importante não favorecer para que histórias únicas (Adichie, 2009) continuem a generalizar o papel e o lugar que elas ocupam nos fluxos migratórios. Com efeito, em diálogo com as autoras

² Em português “Pássaros de passagem também são mulheres” e em espanhol “Los pájaros que pasan también son mujeres”.

³ “Assim, compreender como as mulheres submetidas a distintos sistemas de normatividade – patriarcado, capitalismo, colonialismo, racismo – constroem diferentes estratégias de enfrentamento a esses sistemas nos leva a pensar que os processos de subjetivação também serão distintos, e que a categoria mulher seguramente não é suficiente para compreender a realidade das mulheres. [...] É necessário também recusar os modelos singulares, modelos baseados em um único tipo de corpo a partir do qual todos os outros serão julgados” (Mayorga, 2007, p. 135, tradução nossa).

mencionadas, procuramos promover tensionamentos com a lógica ocidocêntrica, heterossexual e Norte-global que permaneceram hegemônicos em relação aos conhecimentos produzidos pelo Sul-global.

A esse respeito, reiteramos que os feminismos decoloniais contribuem significativamente para compreendermos os deslocamentos de mulheres em territórios fronteiriços. Autoras como Gloria Anzaldúa (1987; 2000; 2005; 2021) e Sayak Valência (2010) denunciam a violência exercida na fronteira dos Estados Unidos com o México, visibilizando como operam às dimensões geográficas, políticas e econômicas e se constituem, principalmente, considerando dimensões simbólicas complexas identitárias, imbuídas de sentidos e significações que constituem o ser-estar-viver neste contexto. A fronteira, portanto, também pode se constituir enquanto um espaço de atritos, contradições e solidariedades, pois, ao passo que as identidades são integradas, também podem ser recusadas (Souza, 2014). Vivenciar esse limiar ou esse entre-lugar (Ferraz, 2010), por conseguinte, significa querer pertencer a dois espaços simultaneamente e, em concomitância, passar investidas de integração e recusas constantes. Logo, a fronteira aproxima e separa, produzindo identidades e identificações, sentidos, trocas, conflitos, afetos e desafetos. Os territórios fronteiriços apresentam a dimensão da complexidade que se coloca em viver-estar nesta fronteira historicamente colonizada.

Logo, é fundamental compreender a fronteira a partir de dimensões simbólicas, subjetivas, práticas, sociais e culturais, vivenciadas por aqueles que nela se inserem. Afinal, a fronteira não é apenas um espaço de passagem, mas um território de disputas, contradições e solidariedades. Leite e Baller (2019) salientam que parte das pesquisas que tratam sobre a fronteira excluem os corpos e as perspectivas de mulheres negras, imigrantes, povos indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais, dos corpos periféricos deixando de abarcar, por consequência, as diversidades étnico-raciais, de gênero, de orientação e de classe.

É por essa razão que, nestas linhas, buscamos questionar as epistemologias produzidas por intermédio do discurso universal e que serviram/servem, por vezes, para a exclusão das narrativas e histórias das vozes de mulheres locais e migrantes em territórios sul fronteiriços. A busca é pelo diálogo com as mulheres e pela reflexão coletiva sobre as sutilezas, os conflitos e as angústias que ecoam a partir das suas próprias vivências e construções coletivas.

Entre línguas e fronteiras: experiências e resistências de mulheres venezuelanas no território sul-mato-grossense

Mato Grosso do Sul foi desmembrado de Mato Grosso em 1977. Trata-se de um estado que respira fronteira. Localizado no sul da região Centro-Oeste, faz divisa com dois países sul-americanos – Paraguai e Bolívia – e abriga, em suas baixas planícies, o Pantanal: a maior área alagada do mundo (Breda, 2024). É o 21º estado mais populoso do Brasil, com uma população de 2.757.013 habitantes, distribuída em 79 municípios. Entre eles, alguns assumem centralidade por traduzirem de maneira mais visível as dinâmicas fronteiriças, como é o caso das cidades-gêmeas de linha seca: Ponta Porã, no território brasileiro, e Pedro Juan Caballero, em terras paraguaias.

Essas cidades constituem exemplos vivos da fronteira como espaço de negociação contínua, onde

territórios e culturas se inter cruzam. Ali, a proximidade com o Paraguai ultrapassa o limite geográfico e se manifesta no cotidiano cultural, marcando uma história de mobilidades transnacionais e de identidades fronteiriças, como a brasiguia (Albuquerque, 2009). Nesse espaço compartilhado, populações dividem serviços de saúde e educação (Albuquerque, 2009) e constroem redes de solidariedade que se revelam, especialmente, no acesso à saúde (Nascimento; Andrade, 2018).

Essas redes de mobilidade e solidariedade atravessam o estado e alcançam também Dourados, cidade que, embora não esteja na linha divisória, é profundamente marcada pelos fluxos migratórios que a atravessam. Enquanto a identidade brasiguia carrega memórias de trocas transnacionais, novos fluxos migratórios vêm ressignificando essas relações, imprimindo novas marcas à cidade de Dourados.

Entre abril de 2018 e março de 2024, Mato Grosso do Sul acolheu 7.050 imigrantes venezuelanas/os, sendo 4.280 acolhidas/os em Dourados (OIM, 2024). Em 2024, a cidade permaneceu como a quinta no Brasil a receber imigrantes venezuelanas/os por meio da Operação Acolhida⁴. Essa dinâmica migratória contemporânea não apenas transformou a paisagem cultural da região, mas também revelou os desafios de políticas e estratégias de acolhimento, mostrando que a migração é, ao mesmo tempo, movimento, resistência e construção contínua de território.

A experiência das mulheres imigrantes se mostra particularmente significativa nesse território fronteiriço, permitindo observar como as dinâmicas de acolhimento e circulação se entrelaçam no cotidiano e na construção de vida. Entre 2023 e 2024, dialogamos com essas trajetórias, adotando uma perspectiva decolonial e buscando distanciar-nos de leituras positivistas e essencialistas (Nogueira, 2001) e construir compreensões sensíveis às especificidades das mulheres e do território. Como lembra Mayorga (2007, p. 205), “el fenómeno de la feminización de la inmigración no puede dejar de ser analizado como un fenómeno heterogéneo”⁵. As histórias das mulheres imigrantes não se reduzem a uma narrativa única: elas se desdobram em múltiplos caminhos, atravessados por movimentos, rupturas e reinvenções, evidenciando a complexidade e a riqueza das suas experiências.

Reconhecendo essa variedade de trajetórias, buscamos, nestas linhas, contar os sentidos que as próprias mulheres atribuem às suas vivências. Para tanto, as entrevistas narrativas se tornaram um espaço de encontro, onde as palavras puderam fluir como fragmentos de memória, revelando tanto dores quanto resistências (De Castro; Mayorga, 2019).

A perspectiva decolonial ganha corpo nas experiências concretas das mulheres venezuelanas com as quais conversamos, como no caso de Arianes⁶, 39 anos, negra, natural de La Guaira, e Rosana Daza⁷, 41 anos, branca, natural de Valência. Arianes chegou a Dourados em 2019, após passar

⁴ A Operação Acolhida é uma iniciativa humanitária do Governo Federal voltada para responder ao intenso fluxo migratório de venezuelanas/os na fronteira com o Brasil. Criada em 2018, tem como objetivo garantir atendimento a refugiadas/os e migrantes venezuelanas/os, promovendo a realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita, desde os municípios de Roraima para diferentes cidades brasileiras (Brasil, [s. d.]).

⁵ “O fenómeno da feminização da imigração não pode deixar de ser analisado como um fenómeno heterogéneo” (Mayorga, 2007, p. 205, tradução nossa).

⁶ Nome fictício sugerido pela própria participante, utilizado para preservar sua identidade.

⁷ Agradecemos à Rosana Daza, que gentilmente autorizou que a primeira autora mencionasse seu nome neste trabalho.

inicialmente por Roraima, e compartilhou as dificuldades de atravessar a fronteira Brasil-Venezuela enquanto estava grávida de sua filha mais nova, revelando medos, desafios e o peso emocional do deslocamento. Rosana, residente no Brasil há nove anos, partilhou sua trajetória de acolhimento às mulheres recém-chegadas, articulando sua experiência profissional como professora com a criação de redes de apoio e um projeto de alfabetização voltado para imigrantes.

O diálogo entre suas histórias evidencia a riqueza e a complexidade dos entre-lugares linguísticos e territoriais. Arianes (*Entrevista*, 2024) utilizou a expressão “ni aquí, ni allá”⁸, para expressar a sensação de não se sentir plenamente em casa em nenhum dos espaços. O deslocamento atravessa não apenas o espaço físico, mas também a comunicação, os vínculos afetivos e o pertencimento, revelando a dimensão emocional e relacional da experiência migratória. Embora estivesse há cinco anos no Brasil, sentia que as relações “no son lo mismo”⁹ e que havia perdido acontecimentos importantes em sua terra natal. Rosana, por sua vez, reforça essa experiência, lembrando como é preciso construir novos laços e reinventar espaços de pertencimento, enquanto mantém memórias e práticas de sua origem. Entre os temas compartilhados, destaca-se a língua, muitas vezes imposta como “norma”, que desconsidera a diversidade linguística presente nos territórios. Assim, a experiência migratória transforma identidades territoriais e coloca as mulheres em um constante entre-lugar (Ferraz, 2010) linguístico, marcado tanto por desafios quanto por resistências compartilhadas.

Ao atravessarem os labirintos da linguagem, as mulheres imigrantes enfrentam um fardo invisível ao chegarem em Mato Grosso do Sul: a dificuldade de garantir que seus filhos sejam matriculados no ano adequado e acompanhem as atividades escolares. As barreiras linguísticas, presentes desde o primeiro contato com o país, ecoam em casa, intensificando frustrações e solidão materna. Nesse cenário de isolamento e deslocamento, a violência doméstica também se manifesta, cruzando fronteiras e atingindo não apenas mulheres venezuelanas, mas também paraguaias. As experiências das mulheres imigrantes, dispersas pelos territórios, revela-se um terreno comum em suas lutas diárias, profundas e intensas.

Em seus relatos sobre o estranhamento e o acolhimento no Brasil, Rosana afirmou que seu maior desafio foi percorrer o labirinto da linguagem. Embora tenha sido acolhida em 2015 pelo projeto *Bienvenido*¹⁰, segundo afirma, muitos gestos de apoio precisavam ser fortalecidos. No município de Dourados, apenas um intérprete de voz masculina estava presente, o que acabava criando uma barreira sutil, pois as mulheres, vivendo angústias e necessidades decorrentes da imigração, não encontravam um espaço seguro e acolhedor para compartilhar plenamente suas experiências.

Durante as partilhas, Rosana destacou que desenvolveu um projeto linguístico com as mulheres,

⁸ “nem aqui, nem lá” (Arianes, *Entrevista*, 2024, tradução nossa).

⁹ “não é a mesma coisa” (Arianes, *Entrevista*, 2024, tradução nossa).

¹⁰ O Projeto *Bienvenido*, voltado ao atendimento socioassistencial de imigrantes e refugiadas/os da Venezuela, foi organizado em quatro equipes e realizado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Jôquei Clube, Guaicurus, Cannã I, Parque do Lago, Cachoeirinha, na Casa de Acolhida e no Núcleo do projeto do município de Dourados (MS). Dentre os serviços oferecidos, destacou-se: a regularização de documento; acompanhamento psicológico e socioassistencial; acompanhamento familiar e a realização de oficinas diversas; acolhimento em abrigo (Casa da Acolhida) ou hospedagem em hotel; integração sociocultural; cursos de qualificação e acesso ao mercado de trabalho (Vidmantas, 2023).

nascido da poesia e do desejo de auxiliá-las. Seu primeiro livro de poemas foi publicado em 2018, quando ainda havia poucas/os venezuelanas/os em Dourados, e, em conformidade com seu relato, “a literatura ajudou a drenar a parte emocional”. A partir do livro, foi construindo afinidade tanto com homens quanto com mulheres: uma surpresa, já que, como Rosana afirma, estava tão imersa em sua própria vivência como mulher que nunca havia imaginado que os homens também poderiam se identificar com sua palavra. Assim, o projeto se expandiu do âmbito individual para o coletivo, atravessando fronteiras de gênero. Sem recursos do município, Rosana desenvolveu a iniciativa por conta própria, com o apoio de membras/os da associação de imigrantes, reunindo-se principalmente com as mulheres e lendo o livro para elas. Dessa forma, passou a contar as histórias de mulheres e mães imigrantes que foi conhecendo, ilustrando a reflexão de Mayorga (2007) de que, diante de distintos sistemas de normatividade – patriarcado, capitalismo, colonialismo, racismo –, há a construção de diferentes estratégias de enfrentamento, evidenciando a multiplicidade de subjetivações e a impossibilidade de modelos singulares:

Con este mismo libro llegaba a los encuentros con las madres, con las mujeres, y leía el libro en español, hacía círculos de conversación – era muy emocionante, porque las mujeres lograban identificarse, ya que no tenían con quién hablar en español, con quién expresarse. Entonces en ese momento no tenía ninguna investigación en mi cabeza – solo ese sentimiento de ayudar a estas mujeres. Incluso era bueno para mí, había cosas que no había sanado y cuando ellas hablaban me conmovían. Y así... era así... para nosotras... con nosotras, porque yo intentaba a través de la literatura ayudarlas, pero yo también era ayudada por ellas (Rosana, *Entrevista*, 2024)¹¹.

Ainda no diálogo sobre a fronteira entre-línguas, ela afirmou:

Queremos mostrar una realidad, que es la cuestión del idioma, de la vulnerabilidad, porque, para conseguir trabajo, ¿con quién dejan los niños las madres? La mayoría de ellas no tiene una tía, una madre donde puedan dejar a sus hijos. Entonces, ¿qué pasa? Dejar a nuestros hijos con un desconocido no lo hacemos, porque puede ocurrir una desgracia. Nosotras que pensamos en igualdad, no es posible. Porque ninguna mujer es igual a otra. Pensar en igualdad entre los hombres es imposible. Equidad, sí, porque espero tener la mínima oportunidad como una brasileña. [...] si la oportunidad ni siquiera está ahí, es difícil (Rosana, *Entrevista*, 2024)¹².

Este relato evidencia a complexa realidade das mulheres imigrantes, em que a língua emerge

¹¹ Com este mesmo livro eu chegava nos encontros com as mães, com as mulheres e lia o livro em espanhol, fazia rodas de conversa – era muito emocionante, porque as mulheres conseguiam se identificar, porque como não tinham com quem falar em espanhol, com quem se expressar. Então nesse momento não tinha pesquisa nenhuma na minha cabeça – só esse sentimento de ajudar a essas mulheres. Era bom até para mim, tinha coisas que eu não havia curado e quando elas falavam me comovia. E assim... era bem assim... para nós... conosco, porque eu tentava através da literatura ajudar elas, mas eu também era ajudada com elas (Rosana, *Entrevista*, 2024, tradução nossa).

¹² A gente quer mostrar uma realidade, que é a questão da língua, da vulnerabilidade, porque assim, para conseguir trabalho as mães, com quem deixam as crianças? A maioria delas não tem uma tia, uma mãe que possam deixar os seus filhos. Então o que acontece: deixar os nossos filhos com um desconhecido, a gente não vai fazer, porque pode acontecer uma desgraça. A gente que pensa em igualdade, não é possível. Por que nenhuma mulher é igual a outra. Pensar a igualdade entre os homens é impossível. Equidade, sim, porque eu espero ter a mínima oportunidade como uma brasileira. [...] se a oportunidade sequer está ali, é difícil (Rosana, *Entrevista*, 2024, tradução nossa).

como um desafio central, dificultando tanto o acesso ao mercado laboral quanto a integração social. A busca por emprego soma-se à insegurança de deixar as/os filhas/os sob cuidados alheios, intensificando isolamento e exclusão. Nos encontros que realizamos, emergiram as motivações e trajetórias da imigração, percorridas por passos incertos, guiados tanto por escolhas afetivas quanto pelas demandas do trabalho. Nesses percursos, o afeto e a labuta se entrelaçam com força, tecendo a experiência migratória como um tecido de vidas, memórias e resistências.

Na vida cotidiana das mulheres que acompanhamos, o deslocamento envolve não apenas desafios econômicos, mas também a delicada negociação entre cuidados familiares e vínculos afetivos. No caso de Arianes, por exemplo, a imigração assume o sentido de garantir condições de vida melhores para suas filhas e parentes, revelando como os laços afetivos atravessam e moldam cada trajetória. Esse movimento de atravessamento e reconstrução de vidas insere-se em um contexto mais amplo de transformações sociais e econômicas que, a partir da década de 1990, intensificaram os impactos da globalização, da modernidade e da evolução do neoliberalismo na vida das mulheres latinas. Os meios de comunicação passaram a difundir imagens idealizadas de um “paraíso” de bem-estar e sucesso, ao mesmo tempo em que reforçaram a necessidade de uma produtividade intensa. Isso resultou em uma pressão crescente sobre as mulheres, incorporadas compulsoriamente ao mercado de trabalho, muitas vezes em condições precárias (Paredes, 2015).

No contexto neoliberal, a redução dos gastos públicos, especialmente em saúde e educação, intensificou a execução dessas tarefas por mulheres que já as realizavam gratuitamente em seus domicílios. Para as mulheres imigrantes, que frequentemente encontram no trabalho doméstico uma das poucas alternativas de emprego, essa dinâmica se traduz em uma dupla sobrecarga: precisam conciliar o trabalho não remunerado em suas residências com atividades remuneradas em outras casas (Assis, 2007; Martins, 2022).

O trabalho doméstico remunerado, historicamente desvalorizado, reflete a lógica patriarcal e, no caso das mulheres imigrantes, é agravado por discriminação e vulnerabilidade econômica. Deste modo, o neoliberalismo, em consonância com o patriarcado, ergue muros invisíveis que preservam a exploração do trabalho de cuidado, mantendo especialmente as mulheres imigrantes em situação de vulnerabilidade. As políticas econômicas, assim, aprofundam as hierarquias de dominação e evidenciam ainda mais as desigualdades estruturais.

Portanto, o patriarcado ainda se mantém, alimentado por raízes profundas e resistentes, se reproduzindo e adquirindo novas roupagens em um contexto globalizado. Esse fator também é reforçado por Bertoldo (2018), ao destacar que a migração internacional é, predominantemente, feminina, ou seja, é reflexo das injustiças que permeiam o mundo, no qual o capitalismo e o patriarcado se movem e se fortalecem juntos, aprofundando ainda mais as desigualdades na vida das mulheres latino-americanas.

Como discutido ao longo deste texto, a imigração para as mulheres venezuelanas vai além do deslocamento físico: trata-se de um movimento de migração interna, tecido de vivências, memórias e sentimentos. Nos encontros realizados, foram compartilhadas as tensões de equilibrar aspirações profissionais com o anseio de pertencimento, revelando que cada passo no novo território atravessa

emoções profundas, desafios afetivos e a construção diária de um lugar entre o “aqui” e o “lá”, como afirmou Arianes ao nos contar sua própria experiência.

Na maior parte dos casos, a rede de apoio é formada, principalmente, por mulheres imigrantes e familiares que as acompanharam no deslocamento. Nesse sentido, a precarização do trabalho no novo território é aprofundada, sobretudo quando marcada por interseccionalidades e desigualdades estruturais. Mulheres imigrantes, sobretudo negras, enfrentam discriminação no mercado de trabalho, quando são direcionadas a trabalhos precarizados, via trabalho doméstico e em empresas, especificamente em frigoríficos. As relações afetivas, também são atravessadas com o peso do estereótipo e de relações de poder discrepantes. Um cenário que foi exposto pelas mulheres, sobre o qual dialogamos e que, como destacado por Manjabosco (2020), é marcado por expressões de racismo e xenofobia.

Os espaços de relato e diálogo apresentados neste texto tornam-se palcos onde histórias de vida são contadas e reconhecidas. Cada passo dessa aproximação foi guiado pela confiança mútua, fundamental para o compartilhamento de memórias. Como afirma Lugones (2014, p. 949), “não se resiste sozinha à colonialidade de gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada”. Assim, a experiência migratória e fronteiriça das mulheres não pode ser dissociada das dinâmicas coletivas e das redes de apoio; o deslocamento se insere em um cenário mais amplo de luta e resistência, onde mulheres desafiam as estruturas dominantes.

É nesse fio condutor, feito de corpo em movimento, de lutas diárias e de construção de autonomia, que passamos agora a acompanhar a trajetória da família Rodrigue[s/z], cuja narrativa aponta outras facetas do deslocamento nas cidades fronteiriças, dialogando com os percursos das mulheres *doble chapa* e ampliando a compreensão sobre gênero e resistência.

Mulheres *doble chapa*: deslocamentos na perspectiva de gênero na(s) cidade(s) de Aceguá(a)s

O cenário apresentado é a pequena cidade – ou villa, pueblo – de fronteira seca, Aceguá(a). Legalmente, a partir das divisões estatais de cada país, Aceguá(a) divide-se em duas: Aceguá Brasil (4.170 habitantes pelo Censo do IBGE de 2022) e Acegua Uruguay (1.686 habitantes pelo Censo UY de 2011). Conhecida como a menor fronteira entre Brasil e Uruguai, as Aceguá(a)s estão a 400 km de distância de populosos centros urbanos, como Montevideu – capital do país uruguaio – e Porto Alegre – capital do estado do Rio Grande do Sul. A calle que separa as Aceguá(a), foi inaugurada pelos Tratado dos Limites, em 1851, possibilitando, nos anos subsequentes, a construção de estruturas de pedras chamadas de marcos-limites, ou mojones fronterizos, por toda a linha de fronteira seca (1068 km). Apesar das divisões estatais estarem presentes nos marcos, símbolos e instituições, os fluxos e trânsitos fronteiriços proporcionam a mescla de nacionalidades, línguas, mercadorias, famílias e subjetividades. Os habitantes de Aceguá(a), sujeitos atuantes no cotidiano da fronteira, são conhecidos como *doble chapa*¹³.

A lógica da travessia constante, propicia que práticas de sobrevivência – historicamente

¹³ Termo utilizado corriqueiramente nas fronteiras do Brasil com o Uruguai para denominar os habitantes de fronteira.

arraigadas ao território e a geografia local – possam ocorrer, como é o caso do contrabando de pequenas mercadorias, chamado de contrabando hormiga ou quileo (Dorfman, 2009). A ação ilegal da passagem de mercadorias em pequena escala e o acesso a serviços binacionais de forma ilegal, são algumas das estratégias de um existir em Aceguá(a). Para além da materialidade do contrabando, as práticas de travessia e fluxos transfronteiriços, viabilizam o contrabandeio subjetivo, como o uso da do portuñol e das nacionalidades, forjando as subjetividades doble chapa (Nunes, 2024).

Deste cruze constante entre as Aceguá(a)s, a investigação recai em compreender como as mulheres do território usam dos trânsitos fronteiriços e do acesso aos serviços binacionais, como táticas e estratégias de sobrevivência às violências raciais, de gênero, assim como institucionais, domésticas e familiares. Para isso, analisaremos, recorrendo a entrevistas em história oral (Portelli, 2016), a relação intergeracional das mulheres da família Rodrigue[s/z]¹⁴, tendo como fio condutor a matriarca centenária Natalia Rodrigues, a filha Eva Rodriguez (63 anos), e a neta Ana Rodriguez (38 anos), investigando a operacionalidade dos cruzeiros de gênero, raça, classe, linguagem e nacionalidade entre dois países. Por questões de espaço, aqui nos debruçamos sobre o tema do deslocamento na perspectiva de gênero, evidenciando diferenças e semelhanças em relação ao trânsito dessas mulheres na fronteira de Acegua-Aceguá.

Elemento presente nas narrativas intergeracionais das Rodrigue[s/z], o deslocamento aparece como condutor de transformação de vida, tomando como princípio de tal movimento a própria condição de gênero, que para as Rodrigue[s/z] se estabelece, inegavelmente, através dos processos de racialização (Mattos, 2004; Silva, 2017; Weimer, 2015). A mescla negra, indígena e branca está presente nas escalas de colorismo movediças que apresentam à organização familiar analisada, apontando que as classificações são “relacionais e situacionais: uma mesma família pode ser considerada inter-racial em um momento e em outro, não” (Schucman, 2018, p. 34). No caso das Rodrigue[s/z], por meio de autodeclarações raciais diferentes, as entrevistadas direcionaram à racialização pelo afastamento da brancura: “No, ninguna de mi familia es blanca. No somos blancas, para nada” (Ana, *Entrevista*, 2023)¹⁵. Apesar das diferenças entre elas e com as condições de travessia no espaço fronteiriço, alguns pontos em comum impulsionam as migrações, como: violências de gênero e racial, precarização da maternidade, e liberdades sexuais e corporais no exercício de autonomias femininas.

Partimos do pressuposto de que a racialização do gênero (Lugones, 2008) condiciona semelhanças às experiências das mulheres negras e racializadas nos países colonizados, essas aproximações também afetam as estruturas familiares na lógica fronteiriça, onde “ellas son jefas de familia, es decir, las encargadas de solventar con su trabajo la economía y educación de los hijos” (Chagas; Stella, 2009, p. 36)¹⁶. Nas três gerações, podemos observar a condição de provedoras do lar,

¹⁴ A grafia do sobrenome Rodrigue[s/z] remete à dupla nacionalidade das mulheres da família: algumas nascidas e registradas no Uruguai, com a forma *Rodriguez*, e outras no Brasil, com a forma *Rodrigues*. A opção pela grafia [s/z] expressa a condição fronteiriça das famílias mistas, aspecto também presente na pesquisa.

¹⁵ “Não, nenhuma da família é branca. Não somos brancas não” (Ana, *Entrevista*, 2023, tradução nossa).

¹⁶ “Elas são chefes de família, ou seja, são encarregadas de organizar com seu trabalho a economia e educação dos filhos” (Chagas; Stella, 2009, p. 36, tradução nossa).

tornando a presença masculina um elemento secundário na sobrevivência da família. Natalia, Eva e Ana, mesmo durante os casamentos, seguiram pela autonomia e independência em relação às estruturas materiais, como a construção das casas desvinculadas da figura masculina e a segurança financeira familiar através do trabalho.

Vistas como práticas de independência, a construção das casas e o trabalho, são ações resultantes de exercícios de liberdade através do deslocamento, observável nas expressões corriqueiras durante as entrevistas: “tirar p’adelante” (Natalia, *Entrevista*, 2021); “seguir avanzando”, “não parar no tempo” (Eva, *Entrevista*, 2021); “no dejar de luchar” (Ana, *Entrevista*, 2023). Ditas frases e expressões soam como mantras que incitaram/incitam às Rodrigue[s/z] ao movimento, locomoção e andança. Questionada sobre o que existia de semelhança, passada de geração em geração, entre a avó, a mãe e ela, Ana responde, sem hesitar: “la lucha! Luchar por lo que uno quiere”. Dita frase é reflexo dos ensinamentos passados por Natalia e Eva sobre as práticas de resistência em fronteiras, engendrando uma rede de saberes onde o centro catalisador da transformação é o corpo em deslocamento.

Na narrativa de Natalia, o desvio dos papéis de gênero destinados à mulher a fizeram experienciar o trabalho e a liberdade sexual de maneiras distintas para o padrão de mulheridade da época (lê-se mulheres brancas). Levemos em consideração que o lugar do feminino não estava disposto à Natalia, assim como aparece no clássico discurso de Sojourner Truth “Eu não sou uma mulher” (1851), evidenciando que a fusão classe e raça constituíam, constantemente, a relação dessas mulheres com o gênero. No caso de Natalia, durante as entrevistas, trouxe à tona a expressão “trabalhar como homem” que, segundo Beatriz Nascimento, é algo corriqueiro na experiência da mulher negra sendo “essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, ela é dotada de um papel ativo” (Nascimento, 2021, p. 200). Dadas as condições do trabalho rural no âmbito familiar, Natalia, desde criança, faz a lida do campo, cortando palhas nos banhados e monteando¹⁷ ao lado do pai, Natalio Fernandes. Junto às irmãs Joana e Orcalina, Natalia, vivencia o trabalho das podas, cortes e outras técnicas envolvendo uma diversidade de armas brancas, como machados e facões. A liberdade do trabalho rural, longe do âmbito doméstico, propiciou à Natalia experienciar o gênero em espaços habitados, majoritariamente, pela cis-masculinidade. Apesar de “trabalhar como um homem” – trabalho pesado, braçal e exercido pela força do corpo – Natalia não vivia, de forma plena, as liberdades sexuais desse papel masculino, visto que a lógica da subordinação opera mais no controle do corpo e da sexualidade do que propriamente na divisão público/privado ou na interdição da força de trabalho.

Das vivências oriundas de “trabalhar como um homem”, Natalia lidou com interdições sobre seu corpo e desejos, tanto pelos maridos como pela sociedade (“uma tem que dizer o que uma foi, não que as outras foram, eu fui puta mesmo!”). Apesar das imposições morais e regulatórias sobre sua sexualidade, Natalia sempre demonstrou autonomia através de frases como “não me calo para macho”, ou “depois que descobri o que era bom, nunca mais me casei”, ou “golpe morto já vai mais de 32”.

¹⁷ Montear é a prática de cortar lenha para venda. Monteando é a permanência nos lugares de trabalho por semanas ou meses.

Manifestações sobre um passado de liberdade sexual e desobediência aos preceitos morais sobre o papel destinado à mulher. Foi no exercício das liberdades sexuais, que Natalia também experienciou as violências de gênero representadas, na narrativa, pela figura do marido, pai da filha Manuela, Jorge Soares. No âmbito da violência doméstica e patrimonial, Natalia deixou o Brasil, sua morada na Vila da Lata, e caminhou, em fuga, mais de 40km, à Noblia, terras uruguaias. Amedrontada pela possível confusão armada entre o filho e o atual marido, ela decide abandonar a casa, a família e os três filhos mais velhos, e recomeçar a vida em outro país, porém os assédios e violências continuaram presentes no caminho de Natalia. Durante as entrevistas, nas quais a história da fuga foi contada repetidamente, o trajeto foi marcado pela presença dos abusos e percalços de ser uma mãe solo. No decorrer da rota, passou de acampamento em acampamento, posto policial e delegacias, até que chegou à Noblia, depois de quase dois dias, enfrentando chuva, frio, fome e uma série de abusos e violências por parte das cis-masculinidades fronteiriças.

Em outros momentos da narrativa, Natalia trazia à tona os enfrentamentos às violências de gênero, episódios descritos na frase “Não me calo para macho atrevido”, assim como situações de detenção que Natalia vivenciou por reagir às agressões físicas e verbais dos homens com quem vivia. Os espaços institucionais, como postos policiais e destacamentos policiais, segundo Natalia, sempre foram lugares de violências e abusos – “Milico não presta pra nada!”. Em contrapartida, Natalia migra à Noblia pela possibilidade de segurança em relação às violências de Jorge Soares, visto que na Vila da Lata não tinha “polícia, nem escola, nem hospital”.

As violências de gênero atravessam as vivências de Natalia no que tange ao campo do trabalho, condicionando dinâmicas de precarização à maternidade. Desde o primeiro casamento, Natalia fazia pequenos trabalhos para assegurar o sustento dos filhos quando Luiz Carlos, ex-marido, estava no trabalho sazonal das estâncias. Após o divórcio e a migração, Natalia teve que se enfrentar com os trabalhos de “virar horta para milico” e serviços domésticos esporádicos. A precarização dos salários e a proibição dos filhos nos ambientes laborais somados aos assédios, conduziram Natalia a trabalhar no campo, monteando e cortando palha, como exercício de autonomia. Os filhos de Natalia, assim como ela, acabaram exercendo trabalhos braçais no campo ou serviços domésticos em estâncias, confirmando o que Beatriz Nascimento elabora sobre mulher negra, trabalho e racismo nas sociedades escravistas: “a mulher negra é fornecedora de mão de obra em potencial” (Nascimento, 2021, p. 56). Tanto Natalia, quanto suas filhas Eva e Manuela, ocuparam trabalhos historicamente organizados pela escravização, em um continuum onde a mulher negra é fixada na condição de serviçal, visto que “se [ela] hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, isso se deve tanto ao fato de ela ser uma mulher de raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados” (Nascimento, 2021, p. 58).

Os princípios de autonomia, independência e “tirar pa’delante” impulsionam os deslocamentos através da audácia de Natalia. Práticas, táticas e estratégias de resistência engendradas nos momentos onde o pensamento ágil, a destreza nos usos das facas, a bravura de enfrentar “macho atrevido”, as habilidades na construção de casas e a coragem encontrada na ardência da cachaça, criaram

possibilidades de refazer trajetórias e ampliar liberdades.

A vivência de Eva com o deslocamento e as violências de gênero, relaciona-se de forma similar à Natalia no que tange ao trabalho doméstico; processos de precarização da maternidade – mãe solo e encarregada do sustento dos filhos – e na autonomia das materialidades, como a construção da casa. Em diferença está a retomada dos estudos e ascensão pela educação, no que Eva descreve como “Eu não parei no tempo. “Seguí avanzando”. Na lógica de engendrar futuros diferentes dos que Natalia conseguiu proporcionar a ela e aos irmãos, Eva priorizou a quebra do ciclo do trabalho doméstico, dando às filhas “infância” e outras possibilidades profissionais. Na narrativa de Eva, a ligação trabalho doméstico e violências da racialização do gênero são evidentes. Desde os oito anos, Eva trabalhou em casas de famílias da região na condição de empregada doméstica. Os processos de racismo e discriminação, foram vivenciados por Eva a partir do seu gênero, quando a ideia de “filhas de criação” resume a condição análoga à escravidão, como aponta Fernanda Oliveira da Silva: “nomenclatura que, em síntese, refere uma situação de exploração da mão de obra, sem remuneração financeira, e que evidencia as ‘memórias da escravidão’” (Silva, 2017, p. 231). Segundo Chagas e Stella (2009, p. 68), esse hábito era comum na região, mascarando a racialização do gênero, pois a maioria dessas “filhas” eram de famílias negras pobres, e “muchas veces eran ‘criadas’ por las familias adoptivas a cambio de realizar ciertas tareas en el hogar”¹⁸

O ciclo do trabalho doméstico na vida de Eva é interrompido quando ela decide voltar a estudar e especializar-se na profissão de inspetora de trânsito. Quando as filhas já eram adolescentes, Eva ampliou os horizontes profissionais, realizando “um monte de cursos”. Hoje é encarregada chefe do setor de trânsito na cidade de Nobliá. Essas condições de ascensão na vida de Eva, só foram possíveis através das estruturas do Estado de bem-estar social vistas nas políticas públicas e assistencialistas, em perspectiva de gênero, que engendram a construção da casa (viviendas de auxílio mútuo); a frequências das filhas às escolas de tempo integral com café da manhã, almoço e café da tarde; asignación y tarjeta (benefício dado às mães de família) e a finalização do ciclo básico educacional depois de adulta.

As vivências de Eva estiveram, em alguma medida, envoltas em violências, desde os processos migratórios com a mãe, as estruturas racistas do trabalho, e a relação conturbada com a masculinidade machista dos parceiros. Diante deste “tirar p’adelante”, assim como Natalia, Eva criou estruturas de autonomia e independência desvinculadas de figuras masculinas. Forjou caminhos distintos para sua prole, como ela mesma aponta: “diferente de mim, eu quis que meus filhos tivessem infância”: “Através de muita luta, eu criei meus filhos”, evidenciando o sacrifício da maternidade e a necessidade de não deixar de “echar los brazos y seguir luchando por lo que uno quiere” (Ana, *Entrevista*, 2023)¹⁹. Ensinaamentos que passam, segundo Ana, de geração em geração sobre a sabedoria e sagacidade de corpos em resistência. A geração de Ana teve acesso a condições básicas de educação, saúde e moradia, descrita na expressão em comum de Natalia e Eva: “hoje não hay más pobreza como antiguamente”.

¹⁸ “Muitas vezes eram ‘criadas’ por famílias adotivas em troca de realizarem certas tarefas no lar” (Chagas; Stella, 2009, p. 68).

¹⁹ “Alçar os braços e seguir lutando pelo que se quer” (Ana, *Entrevista*, 2023, tradução nossa).

O deslocamento, na vivência de Ana, tem relação com o gênero no que tange ao controle machista sobre o corpo das mulheres, evidenciado a necessidade de sair do interior e migrar à capital, para “ser libre [...] porque no es legítimo la mujer ser puta, pero el hombre es siempre el ganador”²⁰ (Ana, *Entrevista*, 2023). É a partir da visão “feminista y de izquierda” que Ana olha as trajetórias da avó e da mãe durante a entrevista, colocando em questão semelhanças e diferenças das violências raciais e de gênero nas três gerações.

Na narrativa de Ana (*Entrevista*, 2023), as conexões com as trajetórias de Natalia e Eva aparecem como pontos de admiração, compreensão e modelo a seguir. No que tange às práticas de liberdade sexual, a migração é resultado das inconformidades de morar em uma cidade do interior, onde “son todos muy prejuiciosos”²¹. Em busca de espaços seguros para exercer seus desejos e subjetividades, deixa a cidade fronteiriça com 18 anos. Durante a entrevista, Ana aproximou a personalidade da avó à sua, no que diz respeito a “ser libre” e às denúncias sobre violências de gênero e agressões machistas: “Mi abuela era revolucionaria. A ella nadie le venía humillar”²². Na perspectiva da maternidade, Ana mira Eva como exemplo de força e determinação, rompendo o ciclo das gerações anteriores sobre trabalho na infância, evidenciando que a mãe “nos dió todo lo que pudo”²³. As memórias de Ana, apesar da presença do pai Raul, são organizadas pela grandiosidade da figura materna: “ella hizo todo sola, la casa, nos crió, volvió a estudiar, se mató trabajando por nosotros”²⁴. Ao reorganizar a história das Rodrigue[s/z], Ana compreende as ações da avó – de colocar as filhas em casas de famílias – e da mãe – de calar sobre pertencimentos afro/negros e indígenas do cotidiano familiar – como parte do que foi possível pelos contextos e limites de cada uma, evidenciando que ambas “están conectadas por ese sufrimiento, el machismo, el racismo... son violencias”²⁵. Sobre a avó, ela aponta: “y yo qué sé, capaz que no fué algo tan lindo tener que dar a sus hijos, porque tenemos que ver la situación y el momento que ella pasó”²⁶, destacando que “dar” os filhos foi uma ação necessária à época. Ao falar da mãe, ela conecta o “abandono materno” aos silenciamentos perante as origens da avó, visto que “mi madre medio que quiso borrar eso de nuestra historia, porque se sentía abandonada por su madre y rechazó todo”²⁷. Na finalização da entrevista, Ana elucida sobre os ensinamentos passados de geração em geração, apontando que a investigação possibilitou organizar esse passado de forma entrecruzada, destacando que o ponto de união entre as três gerações é a luta: “ser autónoma, ser independiente [...] Eso me enseñó mi madre y creo que a mi abuela le enseñó a mi madre. Bueno, creo que eso viene de generación en generación, la

²⁰ “ser livre [...] porque não é legítimo a mulher ser puta, mas o homem é sempre o vencedor” (Ana, *Entrevista*, 2023, tradução nossa).

²¹ “são todos muito preconceituosos” (Ana, *Entrevista*, 2023, tradução nossa).

²² “Minha avó era revolucionária. Ninguém a humilhava” (Ana, *Entrevista*, 2023, tradução nossa).

²³ “Nos deu tudo que ela pode” (Ana, *Entrevista*, 2023, tradução nossa).

²⁴ “ela fez tudo sozinha, a casa, nos criou, voltou a estudar, se matou trabalhando por nós” (Ana, *Entrevista*, 2023, tradução nossa).

²⁵ “estão conectadas por esse sofrimento, o machismo, o racismo... são violências” (Ana, *Entrevista*, 2023, tradução nossa).

²⁶ “ah, sei lá, talvez não tenha sido algo tão bom ter que dar seus filhos, porque temos que considerar a situação e o momento que ela viveu” (Ana, *Entrevista*, 2023, tradução nossa).

²⁷ “minha mãe meio que quis apagar isso da nossa história, porque se sentia abandonada pela mãe e rejeitou tudo” (Ana, *Entrevista*, 2023, tradução nossa).

lucha. Echar los brazos y pelear por lo que uno quiere”²⁸.

Conhecer a trajetória intergeracional de mulheres doble chapa da cidade binacional de Aceguá(a), possibilitou capturar os pequenos atos cotidianos de resistência à colonialidade e às estruturas cis-patriarcais que condicionam lugares estanques às experiências e vivências de mulheres racializadas. Nestes breves relatos, questões como maternidade, violência doméstica e autonomia sobre as liberdades e desejos corporais evidenciaram que deslocar-se, na maioria das vezes, é um ato de resistência, sobrevivência e rebeldia à ideia de “ser mulher”.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, abordamos as fronteiras, as migrações e deslocamentos mediante uma perspectiva interseccional e decolonial, enfatizando como os deslocamentos das mulheres com as quais conversamos são atravessados por dinâmicas de gênero, raça, classe e territorialidade. Como discutimos nestas linhas, esses deslocamentos não podem ser compreendidos apenas em termos econômicos e legais, mas precisam ser analisados a partir das experiências das mulheres e das estratégias desenvolvidas para lidar com os diferentes sistemas normativos, inclusive aqueles herdados pelo colonialismo. O legado colonial continua se perpetuando por meio da precarização de suas trajetórias fronteiriças e migratórias e na reprodução de hierarquias que moldam as condições de vida, trabalho, mobilidade e pertencimento.

A imigração venezuelana em Mato Grosso do Sul, exposta neste trabalho, demonstrou como os territórios de fronteira são constituídos por um constante entrecruzamento de culturas, relações de poder e estratégias de resistência. As mulheres que caminham nesses espaços resistem a múltiplas formas de violências impostas por diferentes sistemas normativos, incluindo desafios linguísticos e a precariedade no acesso ao mercado de trabalho, o que torna as redes de apoio fundamentais para a construção de estratégias próprias de enfrentamento e pertencimento.

De forma semelhante, no caso das mulheres doble chapa, inseridas nas dinâmicas fronteiriças do Brasil com o Uruguai, pudemos analisar o deslocamento de gênero relacionado com questões de violência racial, precarização da maternidade e do trabalho, e o exercício de liberdades sexuais e corporais através das autonomias femininas. Pelas trajetórias intergeracionais de Natalia, Eva e Ana, compreendemos a aliança de “seguir adelante” como forma de resistência em relação às violências de gênero vivenciadas pelas três, mesmo que em contextos distintos. O contrabando subjetivo vivenciado nas cidades de Aceguá(a), aqui exposto pelo deslocamento de gênero, pode ser compreendido pelas dinâmicas do portuñol, nacionalidades doble chapa e famílias mistas, onde as condições de pertencimento são estratégicas e negociáveis, tal qual a vida na fronteira.

Dito isso, reiteramos que os fluxos migratórios transnacionais das mulheres latino-americanas precisam ser compreendidos a partir da diversidade dessas experiências. Assim, este trabalho buscou

²⁸ “ser autônoma, ser independente [...] Isso me ensinou minha mãe e acredito que minha avó ensinou à minha mãe. Bom, acho que isso vem de geração em geração, a luta. Abrir os braços e lutar pelo que se quer” (Ana, *Entrevista*, 2023, tradução nossa).

contribuir para as reflexões que tensionam as perspectivas hegemônicas, ampliando os caminhos para pensar a migração, as fronteiras e as resistências em deslocamento.

Fontes

ANA [RODRÍGUEZ]. *Entrevista concedida à Hariagi Borba Nunes*. [s.l.], 2023.

ARIANES. *Entrevista concedida à Suéllen Soares Altrão*. Mato Grosso do Sul, 26 jan. 2024.

BRASIL. Operação Acolhida. Gov.br. [s. d.]. Disponível em: <http://bit.ly/46TBHeK>. Acesso em: 06 out. 2025.

EVA [RODRIGUEZ]. *Entrevista concedida à Hariagi Borba Nunes*. Noblia, 2021.

IBGE. Aceguá. IBGE. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3IV4BTz>. Acesso em: 06 out. 2025.

NATALIA [RODRIGUEZ]. *Entrevista concedida à Hariagi Borba Nunes*. Noblia, 2021.

OIM. Governo Federal e parceiros da Operação Acolhida discutem ações para melhor integração da população venezuelana em Dourados (MS). *Organização Internacional para as Migrações*. 03 maio 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4nVzw1D>. Acesso em: 06 out. 2025.

ROSANA. *Entrevista concedida à Suéllen Soares Altrão*. Mato Grosso do Sul, 28 jan. 2024.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “Brasiguaios” entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. San Francisco: Spinsters; Aunt Lute, 1987.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.

ANZALDÚA, Gloria. *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, v. 15, n. 3, p. 745-772, set./dez. 2007.

BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 2, p. 313-323, 2018.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and migration: incorporating gender into international migration theory. *Washington: Migration Policy Institute*, v. 1, n. 35, p. 1-28, 2003.

BREDA, Márcio. “Sob um céu de puro azul, reforjaram em Mato Grosso do Sul uma gente audaz”. *Governo do Estado de Mato Grosso do Sul*. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/46FRwGU>. Acesso em: 08 out. 2025.

CAMACHO, Gloria. *Mujeres migrantes: trayectoria laboral y perspectiva de desarrollo humano*. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Recuperando la memoria: afrodescendientes en la frontera uruguayo brasileña a mediados del siglo XX*. Montevideo: Mastergraf, 2009.

DE CASTRO, Ricardo; MAYORGA, Claudia. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 14, n. 3, p. 1-18, 2019.

DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. 360f. Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ESPINOSA MIÑOSO, Yudersky. De por qué es necesario um feminismo decolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidade occidental y el fin de la política de identidad. *Solar*, v. 12, n. 1, p. 141-171, 2016.

FERRAZ, Cláudio Benito. Entre-lugar: apresentação. *Entre-Lugar*, v. 1, n. 1, p. 15-31, 2010.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Cobogó, 2019.

- LEITE, Eudes Fernando; BALLER, Leandro. Fronteira e fronteiriços. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: Editora UFGD, 2019, p. 315-321.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres Viajantes no século XIX. *Cadernos Pagu*, v. 15, p. 129-143, 2000.
- LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-102, 2008.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.
- MANJABOSCO, Adrielle Marlene. *(In)desejáveis?* Trabalho migrante e precarização em tempos de crise. 190f. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- MARINUCCI, Roberto. Feminização das migrações. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 15, n. 29, p. 5-22, 2007.
- MARTINS, Ester Gouvêa. Mulheres imigrantes no trabalho doméstico remunerado em São Paulo: duas trajetórias e uma multiplicidade de arranjos. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 30, n. 65, p. 121-140, 2022.
- MATTOS, Hebe Maria de Castro. *Marcas da escravidão*: biografias, racialização e memória do cativo na história do Brasil. [s.l.]. Concurso de Professor Titular em História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- MAYORGA, Claudia. *Otras identidades*: mujeres, inmigración y prostitución. 373f. Doutorado em Psicologia Social pela Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2007.
- MELONI, Carolina. *Feminismos fronterizos*: mestizas, abyectos y perras. Madri: Kaótica Libros, 2021.
- MOROKVASIC, Mirjana. Birds of passage are also women. *International Migration Review*, v. 18, n. 4, p. 886-904, 1984.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NASCIMENTO, Valdir Aragão; ANDRADE, Sônia Maria Oliveira. As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai. *Horizontes Antropológicos*, v. 24, n. 50, p. 181-214, 2018.
- NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, p. 137-153, 2001.
- NUNES, Hariagi Borba. *Contrabandeio de subjetividades fronteiriças*: práticas de resistência nas trajetórias de mulheres racializadas na cidade binacional de Acegua-á (Uruguai-Brasil) nos séculos XX e XXI. 250f. Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
- OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: ARNFRED Signe et al. (Orgs.). *African Gender Scholarship*: concepts, methodologies and paradigms. Dakar: Codesria, 2004, p. 1-8.
- OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje*: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-140.
- PAREDES, Julieta. Despatriarcalización: una respuesta categórica del feminismo comunitário (descolonizando la vida). *Bolivian Studies Journal /Revista de Estudios Bolivianos*, v. 21, p. 100-115, 2015.
- PEIXOTO, João. *O tráfico de migrantes em Portugal*: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.
- VIDMANTAS, Rogério. “Projeto Bienvenido” oferece acolhimento e orientação aos imigrantes venezuelanos. *Capital News*. 27 jul. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4mMCwf5>. Acesso em: 06 out. 2025.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Famílias inter-raciais*: tensões entre cor e amor. Salvador: EDUFBA, 2018.
- SILVA, Fernanda Oliveira. *As lutas políticas dos clubes negros*. Culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). 278f. Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SOUZA, Mariana Jantsch. Fronteiras Simbólicas – espaço de hibridismo cultural, uma leitura de Dois irmãos, de Milton Hatoum. *Letrônica*, v. 7, n. 1, p. 475-489, 2014.

VALENCIA, Sayak. *Capitalismo Gore*. Editora Melusina, Espanha, 2010.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente*: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.